

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1960.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Desincumbindo-me da atribuição que Vossa Excelência se dignou de me confiar, tenho a honra de passar-lhe às mãos os inclusos "Programas de estudos" destinados às escolas primárias do "Movimento Popular de Alfabetização", instituído por Vossa Excelência.

Ao fazê-lo, desejo manifestar o meu agradecimento à atenção com que fui distinguido pessoalmente por Vossa Excelência, cuja administração, voltada de modo especial para os problemas sociais e do desenvolvimento econômico do nosso Estado, acompanho com interêsse.

Cabo-me, outrossim, comunicar a Vossa Excelência que, muito embora houvesse mantido os necessários contactos com a direção do "Movimento Popular de Alfabetização (M.P.A.)", não me foi possível iniciar imediatamente o trabalho de que Vossa Excelência me encarregara, porque no momento me ocupava da preparação, de ordem do Senhor Ministro, de um documento - "Relatório do movimento educacional brasileiro no ano de 1959" - a ser enviado, dentro de prazo intransferível, à 23ª Conferência Internacional de Educação Pública, a se realizar próximamente em Genebra, sob os auspícios da UNESCO e do Bureau Internacional de Educação.

Ao transmitir a Vossa Excelência os presentes "Programas", peço vênias para tecer rápidas considerações, visando a justificar e interpretar o trabalho, tendo em vista o "Movimento Popular de Alfabetização" (M.P.A.).

A Sua Excelência Doutor Roberto Silveira,
DD. Governador do Estado do Rio de Janeiro
Palácio do Ingá

Como educador de mais de vinte anos de experiência e na condição de professor de Administração Escolar numa Faculdade de Filosofia, aplaudo o interesse e o empenho de Vossa Excelência em favor da extensão das oportunidades de ensino primário para a infância fluminense. É altamente saudável que os Administradores Públicos e os políticos considerem de importância o problema da educação popular. Se o fato ocorresse com frequência e com isenção de paixões por parte de nossos homens públicos, destinariam êles, nos Orçamentos (federal, dos Estados e dos Municípios), os devidos recursos para a educação do povo, notadamente para o ensino técnico e o de grau elementar, e, certamente, mais animadoras seriam as estatísticas brasileiras a êste respeito.

Por isso, considerando os propósitos realmente sérios do "Movimento Popular de Alfabetização", não poderá êle reduzir-se a mais uma das várias campanhas que têm existido e existem entre nós em favor da alfabetização. O próprio Ministério da Educação e Cultura mantém desde 1947 uma dessas Campanhas, e que, apesar de bem sistematizada, contando com pessoal técnico para as tarefas de coordenação e assistência e dispondo inclusive de recursos audio-visuais, não conseguiu até agora obter real eficiência de resultados senão para 20% do seu disciplado.

A questão não é simplesmente alfabetizar, sem poder garantir um mínimo de conhecimentos, informações, hábitos e atitudes imprescindíveis à vida social, somente possíveis mediante um processo de escolarização mais enriquecido de conteúdo programático objetivo e mais alongada vivência escolar. Cada dia os diferentes países vêm ampliando a faixa da obrigatoriedade de frequência escolar mínima, face às exigências e complexidades do mundo atual, que vive a era tecnológica.

E o nosso País, que vai deixando de viver de uma economia de base agrária para uma fundada na industrialização, vai se integrando progressivamente na era tecnológica. O padrão de vida de nosso povo vem se elevando; outras exigências de conteúdo social e científico vão surgindo; cada vez mais o povo passa a usufruir maiores benefícios da civilização tecnológica de nossos dias. A escola, de modo especial à escola primária, comum, universal, generalizada, acessível a todos, cabe a difícil tarefa de garantir a coesão social pela formação que der à infância, pelos conteúdos que comunicar, pelos valores que defender.

Daí, a importância que passa a ter o "Movimento Popular de Alfabetização" (M.P.A.); daí, a cautela com que deve ser tratado. Pelos seus propósitos, que admitimos sérios e altos, há que cercá-lo de um conjunto de medidas racionais, práticas, corajosas para que não se perca na improficuidade, no tumultuário, senão mesmo no engodo político-administrativo, e possa vir a constituir-se uma frustração social.

Antes, porém, é de se indagar: terá o M.P.A. a duração de um mandato governamental? Constitui uma providência paralela e subsidiária à existência das escolas primárias mantidas pela Secretaria de Educação e Cultura? Suas escolas devem oferecer apenas dez meses de aula? Para onde se encaminharão seus alunos, após tão escasso período de vida escolar? Integrar-se-ão, de futuro, suas atuais escolas na rede escolar primária mantida pela Administração Estadual?

Do ponto de vista social, é altamente saudável sabermos que é impetuosa e imensa - talvez mesmo inesperada - a massa, quase se diria avalanche, de crianças que se vêm matriculando nas escolas do M.P.A., que autenticam, assim, uma grande receptividade e denunciam a extensão e gravidade do fenômeno da falta de escolas primárias gratuitas para o povo. O fato confirma mais uma vez a observação dos estudiosos da educação e dos cientistas sociais de que não há mais hoje no Brasil resistência à escolaridade, não se fazendo mister proclamar que "o ensino primário é obrigatório", ou constar dos nossos códigos aquêle inciso vexatório que sujeita a multa e prisão o pai ou responsável que não enviar seu filho à escola. Foi ultrapassada mais essa etapa em nossa caminhada para nos afirmarmos como país civilizado.

Face, pois, a essa perplexidade real e considerando os efeitos de ordem social e política do M.P.A., e pretendendo resguardar a atitude científica na execução de um empreendimento dessa natureza, sou de parecer que o M.P.A. se constitua como um plano experimental de escolarização mínima, cercando-o, por isso mesmo, de um mínimo de providências racionais e práticas, a seguir enumeradas, à guisa de sugestões, ditadas pelo desinteressado espírito de colaborar com Vossa Excelência, tão agudamente voltado, por sua inteligência e seu dinamismo administrativo, para problema tão sério e complexo qual é o da educação.

1. Os "Programas de estudos" foram preparados entendendo que uma escolarização primária, por mais reduzida que seja, somente poderá pretender razoável eficácia mediante frequência escolar intensiva de dois anos, cada qual com período letivo de duzentos dias. O prosseguimento desses estudos deverá merecer, igualmente, consideração oportuna por parte da direção do M.P.A.

2. As escolas do M.P.A. somente deverão receber crianças na faixa etária dos 7 aos 12 anos, porque esta é a idade de escolaridade compulsória fixada na legislação corrente no País. Tanto assim, que os "cursos supletivos" são destinados a adolescentes e adultos. É inadmissível, é absurdo gritante reunir, muita vez numa mesma sala, crianças de 7, 8 e mesmo de 9 anos com adolescentes de 13 e 14.

3. Coerente com o item precedente, na organização das classes devem as crianças ser grupadas, tanto quanto possível, pelo critério da idade e maturidade (1º ano escolar) e idade e rendimento na aprendizagem (2º ano), com o máximo de trinta (30) alunos por turma entregue a uma professora (quando os integrantes da turma apresentarem dois anos ou mais de diferença de idade, a classe terá 25 alunos, considerada turma de "recuperação", porque se trata de crianças que não se matricularam na época própria e vão agora ser recuperadas).

Justamente o período mais difícil, mais delicado, de mais sérias e profundas conseqüências é o da iniciação nas técnicas fundamentais da leitura e da escrita (1º ano escolar). Notadamente porque, de modo geral, não se respeita esse mínimo - ordenação da matrícula, pelo critério de idade cronológica do aluno e seu nível de maturidade ou rendimento de aprendizagem, com efetivo de 30 alunos por turma - é que anualmente mais de 50% dos alunos da 1ª série das escolas primárias de todo o Brasil não se promovem à série seguinte: e reprovação significa frustração, repetência, evasão escolar; é dinheiro público gasto inutilmente (ou quase, já que as reprovações geralmente são de 50% na 1ª série, 32% na 2ª, 30% na 3ª e 20% na 4ª); é "ensino faz de conta"; é engodo, é mistificação.

Com efeito: de tal modo é grave o problema da repetência, envolvendo o da deserção escolar, que das crianças que ingressam nas escolas primárias mais de 50% abandonam a escola durante e ao fim de um ano. Em conseqüência do elevado índice de reprovações na série inicial, é que mais da metade (geral -

mente 52%) do disciplulado das escolas primárias brasileiras se encontra nessa série, iniciando-se, a partir daí, a evasão, uma vez que na 2ª estão apenas 23% da matrícula total, estando presentes na 3ª somente 15% e, finalmente, 10% cursam a 4ª série.

A êsse respeito o nosso Estado do Rio apresentava, com referência a 1958, o seguinte quadro de matrículas no ensino primário fundamental comum: 1ª série - 171.022 (58%); 2ª - 56.367 (20%); 3ª - 42.581 (14%) e 4ª - 24.447 (8%); total: 294.417.

4. De outra parte, considerando o sentido prático de eficiência real que deve caracterizar o M.P.A., suas escolas não que funcionar realmente durante duzentos dias por ano. Lamentavelmente, o nosso País aparece nas estatísticas internacionais como o de ano letivo de menor duração. Somos, decididamente, campeões em férias escolares (férias regulares, feriados, facultativos, etc.), no ensino primário, médio e superior.

5. Na instalação das escolas deve ser assegurado um mínimo de condições higiênico-pedagógicas do prédio, ou mesmo da sala ou salas. Igualmente, o equipamento, embora modesto (e pode ser), deve ser adequado. E um mínimo de material escolar há que ser fornecido à professôra.

6. Se é pacífico que "a escola é o professor", onde não fôr possível contar com elemento necessariamente qualificado, que se ponha em prática, de imediato, um plano de treinamento profissional intensivo dos docentes não titulados. É de todo desejável, a êsse respeito, um plano de ação em que se conjuguem esforços e recursos financeiros das três órbitas administrativas do poder público - federal, estadual e dos Municípios, - e, quiçá, o auxílio privado, visando ao aproveitamento do elemento (feminino, de preferência) local, já ajustado ao meio em que está inserida a escola. A propósito, a direção do M.P.A. poderá articular-se imediatamente com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (Ministério da Educação e Cultura) que, no momento, realiza um trabalho experimental no Estado do Rio, e certamente obterá a instalação de, senão dois, pelo menos um Centro de Treinamento de Professôres Primários.

As finalidades educativas nas escolas do M.P.A. não poderão, evidentemente, ser atingidas exclusivamente com a adoção pura e simples dos presentes "Programas": o que mais significa em relação a êles é o professor que os vai desenvolver.

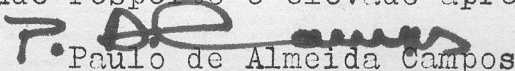
7. Procurou-se, na elaboração dos "Programas", seguir o mínimo cientificamente aconselhado, sem nenhum tecnicismo, com um sentido eminentemente prático, objetivo, considerando inclusive o mestre a quem estão sendo confiadas as escolas. Assim, para cada uma das disciplinas, que serão ensinadas de modo global, sem nenhum estanquismo ou especificidade, foram estabelecidos: a) os objetivos a atingir; b) o conteúdo previsto para aprendizagem pelos alunos; c) as atividades e os recursos de que o professor deve lançar mão na direção técnica da aprendizagem; d) recomendações especiais, à guisa de orientação metodológica e da atitude que o professor deve manter frente à criança.

Registre-se, ainda a êsse respeito, que dominou em nós a preocupação de dar ênfase ao que é local e nacional; condenamos tudo que é teórico dissociado da prática; tudo que é inaplicável, como alienação; tudo que é acadêmico e platônico, como abstração do real e concreto; e tudo que é discriminador, como instrumento de aristocracismos anti-democráticos. Igualmente, foi sempre condenado o ensino oral, o verbalismo, a memorização inútil e recomendada a participação ativa dos alunos, o aprender fazendo.

8. As escolas do "Movimento Popular de Alfabetização" de vem, ademais, merecer uma assistência constante, especialmente porque, em tese, são dirigidas por pessoas que, embora de boa vontade, não receberam formação específica. Se os que se diplomam por Escolas Normais geralmente estão por aí a fazer trabalho precário, por que empírico, de quanto assistência e orientação não estarão a reclamar os mestres improvisados? É bom que nos lembremos, e tristemente, que nunca menos de 45% dos professores primários no País não tiveram formação profissional. De igual modo, geralmente desconhecem administração escolar e não são informados nos problemas de educação os inspetores escolares e técnicos de educação das Administrações Estaduais e Municipais d'este imenso Brasil, e a quem está entregue a assistência técnica das escolas primárias. Daí, a resultante fatal: ensino generalizadamente empírico, rotineiro, ineficiente.

Ao concluir a presente exposição, desejo reafirmar o meu agradecimento à atenção com que fui distinguido pessoalmente por Vossa Excelência para a tarefa que me atribuiu.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de grande respeito e elevado apreço pessoal.


Paulo de Almeida Campos